



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

UASG 926349

OBJETO

Aquisição de purificadores de água com filtro e refis, incluindo a entrega no local determinado.

VALOR ESTIMADO ANUAL

R\$ 4.398,35 (quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA E LOCAL

Dia 02 de julho de 2026, às 08 h (Horário de Brasília)

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª
REGIÃO – CREFITO-8**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/ 2026

Processo de Licitação Administrativo Sei nº 08.0816.000062/2026-11

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8, sediado na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, Curitiba / PR, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de purificadores de água com filtro e refis, incluindo a entrega no local determinado, com o objetivo de proporcionar água potável e de qualidade para os empregados e profissionais da Sede e Subsedes do CREFITO-8.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Poderão participar do certame empresas enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.358/2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248/1991 e do art. 8º do Decreto nº 7.174 de 2010.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição ou outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 entende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.3.4. Cumpre as exigências da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade na declaração de que trata os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento e envio no sistema eletrônico, conforme Anexo IV – Termo de Proposta, informando os seguintes campos:

4.1.1. Descrição

4.1.2. Valor unitário

4.1.3. Valor do frete

4.1.4. Valor total

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa de competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2,00 (dois reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.11. Sendo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa dos lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa dos lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.535/2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010.

5.19.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.21.3. A negociação será realizada **SOMENTE** por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).

6.1.3. Cadastro nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude, por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME / EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3 e 4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis.

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação.

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

6.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresas estrangeiras que não funcionem no país, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660 de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitidos por órgãos ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 14.133/21.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes da data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência, somente serão exigidos em qualquer caso, no momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para Lei nº 14.133/21 e IN 73/2022.

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documento já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recolhimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observando os prazos nele descritos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recursos referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

i) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do CREFITO-8.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei.

9.1.6.2. Induzir deliberadamente ao erro no julgamento.

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e / ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

9.10. A apuração de responsabilidade, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data de intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **dlc@crefito8.gov.br**.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico:
www.crefito8.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar de Contratação;
- c) Anexo III – Minuta de contrato
- d) Anexo IV – Termo de Proposta
- e) Anexo V – Declaração de ME/EPP (caso seja enquadrado)

Dra. Mônica Mello de Macedo Ignácio

Vice – Presidente



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA – PURIFICADOR DE ÁGUA COM FILTRO + REFIL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

A presente contratação tem como objeto a aquisição de purificadores de água com filtro e refis, incluindo a entrega no local determinado, com o objetivo de proporcionar água potável e de qualidade para os empregados e profissionais da Sede e Subsedes do CREFITO-8.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	LOCAL PARA ENTREGA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO MÉDIA	VALOR DO FRETE ESTIMADO MÉDIA	VALOR TOTAL ESTIMADO MÉDIA
01	aquisição purificador de água com filtro (refil) - Marca EOS Mineralle modelo EPC01B	613957	Sede Curitiba	04	R\$ 796,22	R\$ 122,85	R\$ 3.307,73
02	Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS	618273	Sede Curitiba	12	R\$ 86,69	R\$ 50,34	R\$ 1.090,62
			Total	16		Valor Total Estimado	R\$ 4.398,35

1.2. Natureza do Objeto

O objeto é classificado como bem comum, conforme previsto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de item cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, com especificações usuais no mercado. Ressalta-se que os itens não se caracterizam como bens de luxo, sendo voltados à funcionalidade e à promoção do bem-estar dos usuários.

1.3. Forma de Aquisição

A aquisição será realizada em etapa única, considerando a logística de fornecimento e os custos envolvidos. Esta modalidade é mais vantajosa tanto para a Administração



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

quanto para o fornecedor, evitando múltiplas entregas e facilitando a gestão do contrato, além de permitir a instalação imediata dos equipamentos.

1.4. Prazo do Contrato

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, não havendo necessidade de prorrogação do termo contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no que se refere:

- Ao planejamento da contratação (art. 18 a 20);
- À busca pela proposta mais vantajosa à Administração (art. 11 e art. 18, §1º);
- Aos critérios de sustentabilidade ambiental e eficiência (art. 11, inciso V);
- Padronização do objeto; manutenção da compatibilidade com padrões já adotados (art. 41, alíneas "a", "b" e "d");
- Prova de qualidade de produto similar (art. 42)

2.2 A aquisição de purificadores de água se justifica pela necessidade de garantir o acesso a água de qualidade, promovendo saúde, conforto e segurança para todos os empregados e profissionais da Sede e Subsedes do CREFITO-8, bem como reuniões e eventos onde existe a participação de Conselheiros, Diretores, Presidente e visitantes em geral. A medida também está em consonância com princípios de economicidade e sustentabilidade, ao reduzir o consumo de garrafas descartáveis e galões de água.

Justificando o motivo de estar sendo contrato o purificador e o refil da marca EOS Mineralle modelo EPC01B ou equivalente, pois trata-se de contratação correlata referente à aquisição do mesmo produto adquirido na Sede de Curitiba e Subsede de Maringá do CREFITO8. A contratação visa à padronização e ao atendimento uniforme das necessidades dos diversos locais (Sede e Subsedes), promovendo maior eficiência logística, facilidade de gestão e uniformidade no controle dos purificadores e refis.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

2.3 Considerando a necessidade de manutenção da compatibilidade com os purificadores de água já instalados nas unidades do CREFITO-8, a referência ao modelo EOS Minerale possui caráter meramente indicativo do padrão de qualidade e compatibilidade técnica pretendido pela Administração, não implicando restrição indevida à competitividade.

Assim, serão admitidos refis de outras marcas ou modelos que sejam comprovadamente equivalentes ao modelo de referência, desde que apresentem plena compatibilidade técnica e operacional com os equipamentos atualmente em uso, sem necessidade de adaptações, modificações ou intervenções que possam comprometer seu funcionamento, desempenho, segurança ou garantia.

2.4 Para fins de aceitação da proposta, caberá exclusivamente ao licitante o ônus de comprovar a equivalência e a compatibilidade técnica do produto ofertado, mediante apresentação de documentação emitida pelo fabricante, importador, distribuidor autorizado ou outro meio tecnicamente idôneo, contendo informações suficientes para demonstrar, no mínimo:

I – compatibilidade física e funcional com os purificadores instalados nas unidades do CREFITO-8;

II – equivalência quanto às características técnicas, capacidade de filtragem, vazão, vida útil e desempenho operacional;

III – atendimento às normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao produto;

IV – inexistência de necessidade de adaptação dos equipamentos para utilização dos refis ofertados.

2.5 A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade e a suficiência das informações apresentadas, nos termos da legislação vigente, podendo solicitar esclarecimentos, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificações ou outros documentos complementares que julgar necessários.

A não comprovação da equivalência técnica ou da compatibilidade com os equipamentos existentes ensejará a rejeição da proposta em relação ao item correspondente.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

A admissão de produtos equivalentes tem por finalidade ampliar a competitividade do certame e observar os princípios da isonomia, da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso e da competitividade, sem prejuízo da padronização necessária para assegurar a continuidade, a eficiência e a economicidade da utilização dos equipamentos já instalados pela Administração.

A indicação do modelo EOS Mineralle decorre da necessidade de assegurar a compatibilidade dos refis com os purificadores já instalados nas unidades do CREFITO-8. Todavia, em observância aos princípios da competitividade, da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021, admite-se o fornecimento de produtos equivalentes, desde que o licitante demonstre, por documentação técnica idônea, a plena compatibilidade com os equipamentos existentes. Tal previsão preserva a padronização necessária ao atendimento do interesse público, ao mesmo tempo em que evita restrições indevidas à participação de potenciais fornecedores, transferindo ao licitante o ônus da prova da equivalência técnica do produto ofertado.

A indicação do modelo EOS Mineralle encontra amparo no art. 41, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de padronização e de manutenção da compatibilidade com os equipamentos já instalados nas unidades do CREFITO-8. Todavia, em observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, admite-se a oferta de produto equivalente, desde que o licitante comprove documentalmente sua compatibilidade técnica, nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe o ônus da demonstração da equivalência do produto ofertado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

3.2. Os purificadores de água deverão ser de cor: branca, fabricante: EOS, modelo: EPC01B, medida (LxAxP/cm): 28,5 x 49 x 33,6 cm, LED indicando funcionamento, refrigeração por compressor, voltagem: 110v, temperatura da água: gelada e natural, água gelada por hora (litros/hora): 1,4 l/h, fixação: bancada, vida útil do filtro: 2000 litros ou 6 meses.

3.3. Os refis para os purificadores de água deverão ser de material de fabricação: carvão ativado e membrana UF, fabricante: EOS, modelo: EFP01 (compatível com toda a linha de purificadores EOS), modelo: EFP01, tipo de acessório: filtro/refil, vida útil do filtro: 2000 litros ou 6 meses. Os refis precisam ser da mesma marca do fabricante do purificador de água, pois garantem compatibilidade, desempenho e segurança. Fizemos pesquisa se no mercado havia outras marcas compatíveis e não encontramos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais recicláveis ou reciclados na composição dos purificadores e refis, respeitando as especificações técnicas e funcionais do objeto.

4.2. Atualmente, não há informações específicas sobre refis de purificadores de água feitos com material reciclado. A maioria dos refis disponíveis no mercado é composta por materiais como carvão ativado, dolomita e polipropileno, que são eficazes na purificação da água, mas não necessariamente fabricados a partir de materiais reciclados.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando que se trata de aquisição de materiais padronizados, devendo o fornecimento ser realizado diretamente pela empresa contratada, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

Microempresas e empresas de pequeno porte

4.4. Será assegurado o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico local, incentivar a competitividade e gerar empregos,

4.5. Considerando que há disponibilidade de fornecedores desse porte para o objeto, a contratação buscará priorizar essas empresas, aplicando nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Proposta

4.6. Durante a disputa, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- b) Prazo de validade;

Instalação

4.7. A instalação dos purificadores de água será de responsabilidade do Contratante, CREFITO-8.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Será emitida Autorização de Fornecimento ao e-mail cadastrado na proposta.

5.2. O prazo de entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, em remessa única, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3. Ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá solicitar a prorrogação de prazo com justificativa, para que seja analisada pelo Crefito-8.

5.4. Os bens deverão ser entregues, conforme o item **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA** deste Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. Tanto a garantia, quanto a assistência técnica, devem estar disponíveis em todo o Estado do Paraná, principalmente nas cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá.

5.7. A garantia abrange a substituição do item com defeito pelo Contratado, sem custo adicional à Contratante.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do item das dependências da Administração pelo Contratado.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Decorrido o prazo para substituição sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição do bem, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos.

5.11. O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade. O e-mail de comunicação será o dlc@crefито8.gov.br.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV. Multa:

1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

d. os danos que dela provierem para o Contratante; e
e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

a. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

b. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção, critério de julgamento da proposta e forma de fornecimento

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **pregão eletrônico**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta pelo **menor preço global, em lote único**.

8.2. O objeto será executado sob o regime de **preço global**, com pagamento único pelo total do material fornecido, conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

O critério de julgamento será o **menor preço**, conforme art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- a) pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

9.1. Os Purificadores de água com filtro e refis deverão ser entregues, conforme descrito abaixo:

- **Descrição dos itens:** aquisição purificador de água com filtro (refil) - Marca EOS Mineralle modelo EPC01B e Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS
- **Local:** Sede Curitiba – Crefito-8
- **Endereço:** Rua Padre Germano Mayer, 2272 - Hugo Lange CEP 80040-170
- **Quantidade:** 12 refis.
- **Quantidade:** 04 purificadores.
- **Prazo máximo:** Até 30 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

10.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelos responsáveis pelo acompanhamento, de acordo com os locais descritos no item **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

10.8. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o valor a pagar; e
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.11. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

10.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

10.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

10.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

10.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

10.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.25. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.27. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.28. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.29. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO E VALOR DA CONTRATAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (041)3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.398,35** (quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme custos relacionados na **tabela contida no item 1.1. acima.**

11.2. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo da contratação será tornado público após a fase de lances.


12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos pela seguinte dotação: 6.2.2.1.1.01.04.03.001.013 - Material de Copa e Cozinha.


13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base nas diretrizes da Nova Lei de Licitações e objetiva assegurar planejamento adequado, contratação eficiente e atendimento à necessidade pública com economicidade e legalidade.

Curitiba, 03 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA FRACHETA**
Data: 08/06/2026 08:18:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Fracheta
Assistente Administrativo
CREFITO-8

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO JOSE FERRARINI**
Data: 08/06/2026 08:06:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ronaldo José Ferrarini
Coordenador Departamento de Suporte Operacional
CREFITO-8



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo para maneiras de aquisição e disponibilização de água mineral aos empregados e profissionais da Sede e Subsedes do CREFITO-8



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Índice

1. Introdução.....	3
2. Objetivo.....	3
3. Justificativa.....	3
4. Descrição da necessidade.....	3
5. Análise do cenário atual	4
6. Pesquisas.....	4
6.1 – Bebedouro de Pressão BAG 40.....	4
6.2 - Purificador de Água EOS Mineralle com Compressor Preto EPC02P.....	6
6.3 - Bebedouro De Água Eletrônico Philco 10L e 20L Bivolt Cinza e Branco - PBE15B.....	11
6.4 – Torneira Bica Móvel Modelo 2167 C 70 com Filtro ABS.....	13
6.5 - Filtro de Barro para Água São João Premium 6 Litros 2 Velas + 2 Boias – Cerâmica.....	14
6.6 - Jarra Purificadora Zerowater – Culligan.....	15
6.7– Jarra de vidro 2 litros com tampa.....	16
6.8 – Água mineral: fornecimento garrafão 20 litros e copo 200 ml.....	16
6.8.1 – Água mineral garrafão 20 litros.....	16
6.8.2 – Água mineral copo 200 ml.....	17
6.8.3 - Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS.....	17
7. Levantamento de Mercado e Estimativas de Preços.....	18
8. Estimativas de Quantidade.....	19
9. Levantamento de legislações afetas ao objeto.....	20
10. Contratações correlatas e/ou interdependentes.....	21
11. Referência a outros instrumentos de planejamento do Crefito-8.....	21
12. Justificativas para parcelamento ou não.....	21
13. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.....	22
14. Declaração da viabilidade ou não de contratação.....	23



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa sugerir maneiras de aquisição e disponibilização de água mineral aos empregados e profissionais que frequentam a Sede e Subsedes do CREFITO-8.

2. OBJETIVO

Propor alternativas para oferecer água mineral para os empregados e profissionais que frequentam a Sede e Subsedes do CREFITO-8.

O estudo tem o intuito de:

- Pesquisar e apresentar maneiras de oferecer água mineral disponíveis no mercado,
- Identificar no mercado a melhor solução para supri-la, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

3. JUSTIFICATIVA

A justificativa se dá conforme a abertura do DOD nº 42/2024, aberto pela Sra. Osana, onde alega ter utilizado da verba do suprimento para compra de filtro de água mineral, galão de água mineral e copos de água mineral para reuniões para a Sede do CREFITO-8.

Além da justificativa de ter que utilizar a verba do suprimento, o presente Estudo Técnico Preliminar decorre da necessidade de reabertura do processo licitatório anteriormente instaurado para contratação do objeto em questão, o qual resultou em fracassado.

Diante disso, e considerando a permanência da necessidade administrativa, torna-se imprescindível a revisão dos elementos técnicos e das condições inicialmente estabelecidas, com vistas a viabilizar a adequada competição e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, este ETP tem por finalidade reavaliar as premissas da contratação anterior, promovendo eventuais ajustes necessários quanto às especificações técnicas, estimativas de preço e condições de execução, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na legislação vigente.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata de atender uma necessidade básica dos empregados e profissionais que frequentam a Sede e Subsedes do CREFITO-8, bem como reuniões e eventos.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

A água é essencial para a saúde e fundamental para o bom funcionamento do organismo.

5. ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

Atualmente na Sede do CREFITO-8 a compra de filtro de água mineral, galão de água mineral e copos de água mineral para reuniões é feita com a verba do suprimento.

Nas Subsedes de Cascavel e Londrina, são realizadas as aquisições de garrações de 20 litros de água mineral, pagos com suprimentos.

Na Subsede de Maringá, fazem uso de purificador de água.

6. PESQUISAS

Com intuito de apresentar soluções e maneiras de oferecer água aos empregados e profissionais que frequentam a Sede e Subsedes do CREFITO-8, listamos as pesquisas abaixo, disponibilizadas através da Internet.

6.1 – Bebedouro de Pressão BAG 40



Bebedouro de Pressão BAG 40 para ambientes internos e externos. Com duas torneiras de pressão e capacidade para refrigerar 2 litros por hora, esses modelos IBBL foram desenvolvidos para



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

ambientes com grande circulação de pessoas. Possuem regulagem automática de temperatura e um pré-filtro interno que retém partículas de areia, barro, ferrugem e sedimentos presentes na água. O Bebedouro BAG 40 requer uso de filtro externo com carvão ativado (Filtro de Ponto de Uso IBBL 4.7/8 ou 9.7/8).

Características

- Design Coluna
- Ecocompressor: com gás R134a que não agride o meio ambiente
- Jato para boca
- Jato para copo
- Regulagem do jato de água
- Serpentina externa (fácil higienização)
- Gabinete em inox
- Tampo em aço inox polido
- Depósito de água em aço inox 304
- Dreno para limpeza

Diferenciais

- Água gelada
- Ambientes internos e externos
- Controle automático de temperatura
- Jato para copo*

Eficiência Energética

- Grau de Proteção IPX4: IPX4
- Tensão Nominal (V): 127
- Amperagem (A): 2,0/0,8
- Potência (W): 120
- Frequência - Mercado Nacional (Hz): 60
- Consumo de Energia (kWh/mês): 2,52
- Eficiência Energética (kW/L): 0,051



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Eficiência em melhoria da qualidade da água

- Sistema de Filtragem: Externo
- Conectado à Rede Hidráulica - Recomenda-se a Instalação de Filtro Externo: Sim
- Permite a Utilização de Filtro Externo: Sim

Capacidade

- Volume Interno do Aparelho (L): 1,2
- Recomendado para (pessoas/h): 40
- Capacidade de Fornecimento de Água Gelada (L/h)*: 2
- Temperatura de Resfriamento*: 10°C / 50°F
- Vazão Máxima (L/h): 60
- Uso Comercial: Sim
- Pressão de Trabalho (m.c.a./kPa): 6 a 50 m.c.a. 58,84 a 490,33 kPa

Refrigeração

- Refrigeração: Compressor
- Termostato Interno: Sim

6.2 - Purificador de Água EOS Minérale com Compressor Preto EPC02P





CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

O **Purificador de Água EOS Minerale com Compressor EPC02**, o produto perfeito para todas as pessoas que buscam praticidade, saúde e qualidade de vida. Com um **filtro de classe A**, esse purificador garante uma água livre de impurezas e bactérias, proporcionando mais saúde para você e sua família.

Além disso, o **EOS Minerale** conta com a **redução de cloro livre**, o que torna a água ainda mais pura e saborosa. Com uma **capacidade de refrigeração impressionante de 1,5 litros por hora**, você pode desfrutar de uma água geladinha a qualquer momento, sem preocupação, outro destaque desse incrível purificador é o seu **baixo consumo de energia**, o que garante economia para o seu bolso e para o meio ambiente. E o melhor de tudo é que ele é **super silencioso**, perfeito para ser utilizado em qualquer ambiente, até mesmo no seu escritório ou quarto.

Com um **reservatório interno de 2,8 litros**, o **EOS Minerale** sempre terá água gelada disponível para você. E para facilitar ainda mais a sua vida, o **filtro do purificador é de troca fácil**, basta girar e pronto! Assim, você não precisa se preocupar com nenhum tipo de complicação na hora de trocá-lo. Com **duas torneiras**, você pode escolher entre **água gelada ou natural**, de acordo com a sua preferência. E para garantir que você sempre saiba quando é necessário trocar o filtro, o purificador conta com uma luz indicadora, assim você nunca fica na dúvida.

O **compressor do EOS Minerale** é **ecologicamente correto**, utilizando um gás que não prejudica o meio ambiente. Ou seja, além de fornecer uma água de qualidade para você, ele também colabora para a preservação do nosso planeta.

Portanto, se você busca um produto de alta qualidade, que une saúde, praticidade e sustentabilidade, não deixe de adquirir o Purificador de Água EOS Minerale com Compressor EPC02. Aproveite todos os benefícios que ele pode oferecer e garanta água pura e gelada sempre que desejar!

Medidas do produto



Largura
25.5 cm



Altura
49 cm



Profundidade
36.6 cm



Peso
8.9 Kg



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Como instalar o Purificador de Água: Passo a passo completo.

1. O que preciso saber antes de instalar o purificador de água?
2. Como instalar purificador de água em minha casa?
 1. Escolha o local onde ele irá ficar
 2. Cheque o manual
 3. Instale o refil no purificador
3. Como instalar purificador de água na parede?
4. Como instalar purificador de água na torneira?
5. O que é necessário para instalar um purificador de água?
6. Qual a altura ideal para instalar um purificador de água?
7. Quanto custa a instalação de um purificador de água?
8. Por que não sai água no purificador de água? Qual o motivo do purificador de água sair com pouquíssima água?

O que preciso saber antes de instalar o purificador de água.

Antes de instalar o seu purificador de água é importante checar se a voltagem elétrica do aparelho é compatível com a voltagem elétrica da tomada onde o equipamento vai ser fixado.

Existem três tipos de purificadores:

- Os purificadores 110V e 220V;
- Purificadores Bivolt, ou seja, funcionam em qualquer tomada;
- E também os purificadores sem água gelada.

Escolha o local onde ele irá ficar

Leve em consideração a acessibilidade, proximidade com uma fonte de água e, se for necessário, proximidade a uma tomada de energia elétrica também.

Outra informação importante é decidir se ele vai ser instalado na parede ou em uma bancada. Se for na parede, será necessário perfuração para os parafusos de fixação.

Ah, nesses casos não se esqueça de verificar se não há encanamentos ou tubulações no local escolhido para perfuração.

Cheque o manual

Para instalar o purificador de água corretamente, o uso do manual de instruções é essencial. Nele irá constar informações técnicas sobre a distância ideal entre o purificador e a torneira, além de



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

informações sobre as ferramentas necessárias para a instalação.

Com as ferramentas e as informações adequadas, utilize o gabarito que geralmente acompanha o purificador para fixá-lo à parede, caso essa seja a forma escolhida. Com o gabarito na parede, perfure a parede alinhando os furos com parafusos e buchas adequadas, assim seu purificador ficará alinhado e pronto para uso.

Instale o refil no purificador

A instalação e manutenção do refil no purificador é simples e rápida. A maioria dos purificadores de água conta com o sistema gire e troque para facilitar a manutenção.

Basta posicionar o refil no compartimento apropriado e girá-lo no sentido indicado. Caso surjam dúvidas é importante consultar o manual. Após a instalação seu purificador estará pronto para uso.

Na manutenção, alguns modelos têm um LED de sinalização que alerta quando é necessário fazer a troca do refil. Para isso, basta girar o refil para o lado oposto da trava. Durante a substituição, é importante higienizar o aparelho de acordo com as instruções do manual antes de instalar um novo refil.

Como instalar purificador de água na parede?

Em primeiro lugar, deve-se realizar a escolha do local ideal para instalação, é importante optar por um local coberto, seco, arejado e longe do sol. Isso evita que o purificador gaste mais energia que o necessário para realizar o seu trabalho.

Observe a altura ideal do purificador para que fique acessível a todos e próximo de uma fonte de água e energia elétrica (caso necessário).

Em seguida, com auxílio de um gabarito, que normalmente acompanha o purificador, marque a posição onde serão realizados os furos na parede utilizando um lápis. Após realizar os furos com uma furadeira nos pontos marcados, instale a base colocando as buchas nos furos, em seguida fixe a base na parede com os parafusos.

Logo depois, conecte a mangueira do purificador na torneira ou diretamente na saída de água, caso utilize uma saída de água na parede, o adaptador para purificador de água pode ser muito útil, pois permite que você conecte a mangueira direto nele de forma segura e sem vazamentos.

Por fim, fixe o purificador na base com os parafusos ou travas, dependendo do modelo. Após, conecte a fonte de energia, caso seu purificador tenha a opção de água gelada e se atente a tensão da tomada e do produto. Agora basta realizar o teste, abra a torneira e verifique se a água está saindo corretamente pelo purificador.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Como instalar purificador de água na torneira?

Para instalar seu purificador de água na torneira é mais simples. Basta seguir o passo a passo. Primeiro feche o registro de água e deixar a torneira aberta para sair toda a água da tubulação, assim não ocorrerão vazamentos durante a instalação.

Logo após, retire a torneira com cuidado, dessa forma irá conseguir utilizá-la em outro local caso não fique junto com o purificador. Dependendo do modelo será necessário retirar apenas o arejador da torneira (ponta da torneira) com um alicate, se atente ao seu manual para saber mais detalhes do seu purificador.

Em seguida, encaixe o purificador conforme orientado no manual (os procedimentos variam conforme o modelo escolhido). Após essa etapa, abra o registro de água e observe se existe algum vazamento no seu purificador ou no adaptador, se houver vazamento, utilize fita veda rosca onde há conexão com porcas e verifique se as conexões estão bem apertadas e se a borracha de vedação está no lugar.

Por fim, ligue o purificador de água e deixe a água correr por alguns minutos para retirar possíveis resíduos do filtro e com isso ela estará pronta para utilizar. Vale ressaltar a importância da troca do filtro de acordo com as orientações do fabricante, assim irá manter a qualidade da sua água.

O que é necessário para instalar um purificador de água?

Para realizar a instalação, os itens necessários podem variar dependendo do modelo e marca do purificador de água escolhido.

Em geral, além do purificador, será necessário um kit de instalação, ferramentas, gabarito e manual de instruções. Separando esses itens você conseguirá realizar a instalação.

Qual a altura ideal para instalar um purificador de água?

A altura ideal para a instalação de um purificador de água depende do modelo do aparelho e da sua própria altura, o ideal é sempre verificar no manual do aparelho. Em geral, recomenda-se que o bico do purificador fique entre 20 e 30 centímetros acima da pia ou da bancada onde ele será instalado.

É importante também manter uma folga de pelo menos 5 centímetros nas laterais do purificador em relação a outros móveis para garantir a circulação do ar e facilitar a manutenção. Certifique-se de instalar o produto a cerca de 2 metros de distância da torneira e verifique se a bitola da torneira é de meia polegada para melhor aproveitamento.

Quanto custa a instalação de um purificador de água?



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

A instalação de um purificador realizada por um profissional pode variar bastante, pois isso pode depender do modelo, da marca, do grau de dificuldade e até mesmo da região em que mora. Em geral a média de valores pode variar, mas pode ocorrer custo extras como mangueiras e conectores.

6.3 - Bebedouro De Água Eletrônico Philco 10L e 20L Bivolt Cinza e Branco - PBE15B



Informações do Produto:

- Bebedouro refrigerado para garrafão de 10L ou 20L
- Sistema eletrônico de refrigeração
- Baixo consumo de energia
- Duas torneiras super-resistentes, uma para água natural e outra para água gelada.
- Sistema perfurador – permite a colocação do garrafão sem necessidade de retirar o lacre, evitando derramamentos.
- Faz passagem direta do galão de água para a torneira, evitando o contato externo.
- Dreno para remoção de água.
- Bandeja coletora de água removível e de fácil limpeza
- Produto Bivolt.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

- **Duas opções de temperatura da água**

Natural e gelada, opções para diferentes gostos de cada consumidor.

- **Baixo consumo de energia**

Economia de energia garantindo água em temperatura ideal.

- **Sistema perfurador**

Facilidade para colocar o galão no bebedouro, evitando derramamento de água e eventuais acidentes. O consumidor pode colocar o galão fechado, pois o sistema perfurador irá abrir sem derramar para fora do produto.

- **Bandeja coletora**

Bandeja que fica na parte inferior, para coletar a água que cai para fora do recipiente, evitando que suje o local.

- **Bivolt**

O mesmo produto atende a todas as regiões, podendo ser trocado de tomada.

- **Capacidade do galão**

Aceitabilidade de garrafões de 10L e 20L, flexibilidade em relação a litragem do galão, ajustando ao consumo e necessidade do cliente.

Características

Marca: Philco

Modelo: PBE15B

Cor: Branco e Cinza

Potência: 70w

Consumo: 0,07 kWh

Material/Composição: Plástico

Tamanho Fio: 96Cm

Tomada(A): 10A

Voltagem: Bivolt

Peso e Dimensões

Produto (A x L x C): 43,5 x 34,8 x 31,2 Cm

Peso Líquido: 2,462kg

6.4 – Torneira Bica Móvel Modelo 2167 C 70 com Filtro ABS



Descrição:

Apresentando o modelo 2167 C 70, esta torneira é 100% metal, o que garante resistência e durabilidade excepcionais. Além disso, o copo do filtro é produzido em ABS cromado e filtragem de Água Superior

A principal característica desta torneira é sua capacidade de proporcionar uma filtragem de água de excelente qualidade. O filtro ABS integrado garante que a água que sai da torneira seja livre de impurezas, odores e sabores desagradáveis, proporcionando água mais pura para consumo.

A torneira vem com um cano 3/4 para atender às necessidades de fluxo de água, e uma bucha de redução 1/2 para 3/4 está incluída para facilitar a instalação em diferentes tipos de encanamento.

Canopla de Inox - Estilo e Durabilidade

A canopla de inox não só adiciona um toque de estilo à torneira, mas também garante que ela seja resistente à corrosão e ao desgaste.

2 refis vela para o filtro

produzida com carvão ativado



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

produto de excelente qualidade

Garantia: 3 meses

6.5 - Filtro de Barro para Água São João Premium 6 Litros 2 Velas + 2 Boias - Cerâmica



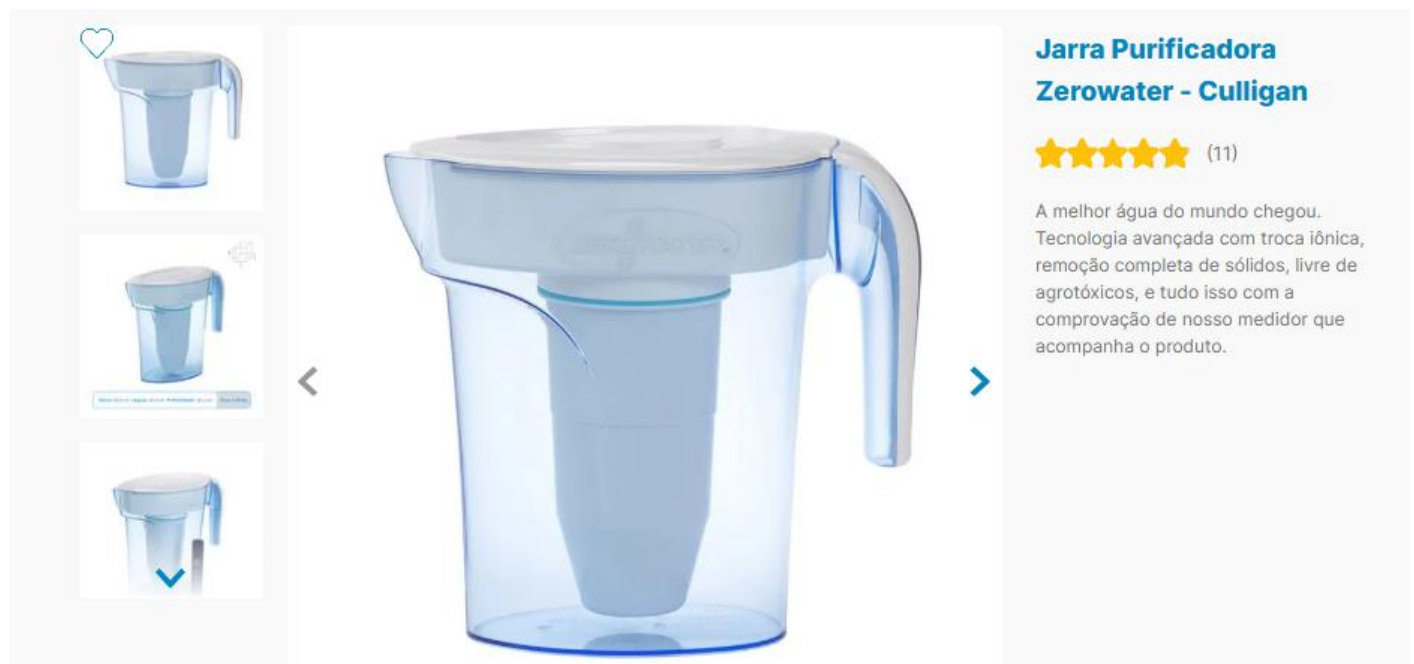
Informações do Produto:

Filtro de Barro para Água São João Premium 6 Litros 2 Velas + 2 Boias - Cerâmica

O Filtro de barro, vai garantir água pura, fresca e saudável. • Base reta, destacável e mais resistente. • Água naturalmente fresca e saudável. • Equipado com Vela Cerâmica Tradicional e Torneira Clic.

Informações Técnicas: Capacidade: 06 Litros Qtd. Velas: 01 Vela Qtd. Boia: 01 Boia Altura: 47,50 cm Diâmetro: 26 cm Peso: 9,20 kg.

6.6 - Jarra Purificadora Zerowater



Descrição:

Tecnologia avançada com troca iônica, remoção completa de sólidos, livre de agrotóxicos, e tudo isso com a comprovação de nosso medidor que acompanha o produto.

- Especificações:

- Marca: Culligan
- Temperatura da Água: Natural
- Instalação: Mesa
- Acompanha Refil: ZeroWater
- Refil Bacteriostático: Sim
- Redução de Cloro Livre: Sim
- Código do produto Jarra Zerowater: 90080001

- Ficha Técnica:

- Altura: 28cm
- Comprimento: 25cm
- Largura: 16cm
- 0,95Kg



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

6.7 – Jarra de vidro com tampa

Jarra de vidro para fornecimento de água para consumo, tanto para os empregados da Sede e Subsedes, quanto aos profissionais, Diretoria, eventos etc.



6.8 – Água mineral: fornecimento garrafão 20 litros e copo 200 ml

6.8.1 – Água mineral garrafão 20 litros

Água mineral natural envasada e fornecida em garrafão plástico de 20 litros com entrega periódica.

Nº	Órgão / Entidade	Modalidade / Processo	Objeto	Quantidade	Valor Unitário Homologado	Situação	Data da Homologação
1	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN	Pregão Eletrônico 90002/2026	Água mineral natural sem gás – garrafão retornável 20L	1.100	R\$ 13,31	Encerrada/Homologada	12/02/2026
2	Prefeitura Municipal de Araquari/SC	Pregão Eletrônico 006/2026	Água mineral sem gás – garrafão 20L	8.314	R\$ 22,37	Encerrada/Homologada	18/02/2026
3	Escola Pública de Saúde DR.07 Assis/SP	Dispensa Eletrônica 046/2026	Água mineral natural sem gás – garrafão 20L	650	R\$ 16,33	Encerrada/Homologada	04/04/2026
4	Prefeitura Municipal de Itabuna/BA	Pregão Eletrônico 003/2026	Fornecimento de água mineral em garrafão 20L	2.400	R\$ 17,20	Encerrada/Homologada	21/03/2026
5	Câmara Municipal de Marabá/PA	Dispensa Eletrônica 011/2026	Água mineral natural sem gás – 20L	420	R\$ 15,80	Encerrada/Homologada	15/01/2026
6	Instituto Federal Catarinense – IFC	Pregão Eletrônico 90101/2026	Água mineral sem gás acondicionada em garrafão 20L	1.500	R\$ 14,95	Encerrada/Homologada	27/02/2026



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

O código CATMAT utilizado para pesquisa foi 445485.

A média de preço foi de R\$ 16,66 e a mediana foi de R\$ 16,06.

6.8.2 – Água mineral copo 200 ml

Água mineral natural envasada e fornecida em copo 200 ml.

PESQUISA DE PREÇOS — ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS — COPO 200 ML

Estado: Paraná (PR)

Ano-base: 2026

CATMAT: 445484

Item	Descrição	Unidade	Fonte Pública	Valor Unitário (R\$)
1	Água mineral natural sem gás — copo 200 ml	Unidade	Compras.gov.br — PE 90001/2026	0,73
2	Água mineral natural sem gás — copo 200 ml	Unidade	Assembleia Legislativa do PR	0,63
3	Água mineral natural sem gás — copo 200 ml	Unidade	Município de Matinhos/PR	0,92
4	Água mineral natural sem gás — copo 200 ml	Unidade	Pesquisa complementar pública	0,50
5	Água mineral natural sem gás — copo 200 ml	Unidade	Pesquisa complementar pública	0,85

Tanto a média, quanto a mediana ficou em R\$ 0,73 por unidade.

6.8.3 - Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS

Os filtros possuem longa duração, precisando ser substituídos apenas após 2000 litros ou 6 meses. Conta com uma camada de carvão ativado, que absorve partículas e remove gostos na água, e membrana UF, de alta filtragem, que garante a retenção de diversos tipos de impurezas.

*Compatível com Toda a linha de Purificadores EOS.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ



Observação: Caso a escolha seja por purificadores de água, nos antecipamos em mencionar na pesquisa o item refil para filtro, pois requer troca do refil a cada 6(seis) meses.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

Na tabela abaixo, apresentamos os diversos itens disponíveis no mercado, referente ao fornecimento de água, bem como seus valores, através de pesquisas na internet.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
 RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Item	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média
Bebedouro de Pressão BAG 40	Mercado Livre	Frigelar	Cosama	1.315,96
	1.209,00	1.339,27	1.399,63	
Purificador de Água EOS Mineralle com Compressor Preto EPC02P 110V	Magazine Luiza	Frigelar	Mercado Livre	636,25
	653,61	599,00	656,14	
Bebedouro De Água Eletrônico Philco 10L e 20L Bivolt Cinza e Branco - PBE15B	Amazon	Loja Oficial Philco	Mercado Livre	343,67
	339,99	359,90	331,12	
Torneira Bica Móvel Modelo 2167 C 70 com Filtro ABS	Mercado Livre	Amazon	Leroy Merlin	111,87
	117,51	108,20	109,90	
Filtro de Barro para Água São João Premium 6 Litros 2 Velas + 2 Boias - Cerâmica	Magazine Luiza	Mercado Livre	Amazon	324,55
	278,91	329,01	365,75	
Jarra Filtrante Culligan Com Tecnologia Zerowater 7	Shopee	Mercado Livre	Amazon	227,43
	199,90	267,70	214,71	
Jarra vidro 2 litros com tampa	Amazon	Magazine Luiza	Mercado Livre	62,23
	54,99	69,98	61,74	
Refil para Purificador Mineralle EOS	Frigelar	Loja EOS Oficial	Amazon	66,22
	59,90	76,67	62,10	

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

8.1 – Com base nas pesquisas realizadas na Sede e Subsedes do CREFITO-8, mencionamos no quadro abaixo a média de consumo de água mineral no período de 12 meses.

Local	Especificação do item	Quantidade/Mês	Quantidade/Ano	Observação
Curitiba	Água mineral natural em garrafão plástico de 20 litros	2 garrafões	24 garrafões	Considerando o uso de purificador de água, onde é feito a aquisição de filtro precisando ser substituído após 2.000 litros ou 6 meses.
Londrina	Água mineral natural em	2 garrafões	24 garrafões	-



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

	garrafão plástico de 20 litros			
Cascavel	Água mineral natural em garrafão plástico de 20 litros	1 garrafão	12 garrafões	-
Maringá	Não se aplica	-	-	Fazem uso de purificador de água.

8.2 – Com base nas pesquisas realizadas na Sede e Subsede Maringá do CREFITO-8, mencionamos no quadro abaixo a média de consumo de refil filtro para Purificador Mineralle EOS no período de 12 meses.

Local	Especificação do item	Quantidade	Quantidade/Ano	Observação
Curitiba	Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS	1 refil	2 refis	Troca a cada 2.000 litros ou 6 meses.
Maringá	Refil Filtro para Purificador Mineralle EOS	1 refil	2 refis	Troca a cada 2.000 litros ou 6 meses.

9. LEVANTAMENTO DE LEGISLAÇÕES AFETAS AO OBJETO

9.1 Com base nas pesquisas realizadas na internet, mencionamos no quadro abaixo a legislação vigente aplicável a cada item.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Item	Levantamento de legislações afetas ao objeto
Bebedouro de Pressão	Portaria 093, 12/03/07
	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO
Purificador de Água	Portaria 102, 23/03/22
	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO
Bebedouro De Água	Portaria 093, 12/03/07
	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO
Torneira Bica Móvel	ABNT NBR 14908
	Portaria 093, 12/03/07 INMETRO
	RDC nº 91/2023 ANVISA
Filtro de Barro	ABNT NBR 14908:2004
	Portaria 093, 12/03/07 INMETRO
	RDC nº 91/2023 ANVISA
Jarra Purificadora Zerowater	ABNT NBR 14908:2004
	Portaria 102, 23/03/22
	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO
Jarra vidro 2 litros com tampa	ABNT NBR 16319
Refil Filtro para Purificador	Portaria 102, 23/03/22
	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Trata-se de contratação correlata referente à aquisição do mesmo produto a ser destinado a Sede e Subsedes do CREFITO8, devido ao fato de ter sido adquirido o purificador de água com filtro (refil) para a Sede Curitiba (parcialmente) e Subsele Maringá.

A contratação visa à padronização e ao atendimento uniforme das necessidades dos diversos locais, promovendo maior eficiência logística, facilidade de gestão e uniformidade no controle e uso dos bens.

11. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO CREFITO-8

11.1 Até o presente momento não há conhecimento de outros instrumentos de planejamento.

12. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO OU NÃO

12.1 Verificou-se que não há possibilidade de parcelamento neste estudo.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

13. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos Recursos Humanos, materiais ou financeiros disponíveis

13.1 Economicidade

13.1.1 O uso de purificadores com refis, como adotado em Maringá e parcialmente em Curitiba, reduz significativamente os custos com água, pois o custo por litro é muito inferior ao do garrafão.

- Custo por litro estimado:
- Garrafão(refil): R\$ 20 / 20L = R\$ 1,00/L
- Purificador de Água: R\$ 636,25 (valor médio)
- Filtro (refil) manutenção do purificador semestral: R\$66,22 (valor médio encontrado nas pesquisas) / 2.000L = R\$0,03/L
- Custo da água Empresa de Saneamento Básico: R\$ 17,00 por 1.000 litros (1 m³)

1. Custo da água (empresa de saneamento)

- R\$ 17,00 por 1.000 litros = **R\$ 0,017 por litro**

2. Custo do filtro (refil)

- R\$ 66,22 (valor médio encontrado nas pesquisas) a cada 2.000 litros = **R\$ 0,03 por litro**

3. Custo do purificador (equipamento)

- R\$ 636,25 (valor médio)

Vamos amortizar o custo do purificador ao longo do tempo. Suponha uma **vida útil de 5 anos** e um consumo médio de **4.000 litros por ano** (aproximadamente 5,5 litros por dia).

- Total de litros em 5 anos = 4.000 L × 5 = 20.000 L
- Custo do purificador por litro = R\$ 636,25 ÷ 20.000 L = **R\$ 0,0318 por litro**

Custo total por litro com purificador:

- Água encanada: R\$ 0,017
- Filtro (refil): R\$ 0,03
- Purificador (amortizado): R\$ 0,0318

Total: R\$ 0,0635 por litro



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

Comparativo:

Garrafão de 20L: $R\$ 20 \div 20L = R\$ 1,00/L$

Purificador: **R\$ 0,0635 por litro**

Conclusão:

Usar um **purificador de água** pode ser **15 vezes mais barato por litro** do que comprar água em **garrafão** — além de mais prático e sustentável a longo prazo e elimina logística.

13.2 Melhor aproveitamento de recursos materiais

- A substituição do uso exclusivo de garrafões por purificadores com refis contribui para a redução no uso de plástico, pois o garrafão depois de vencido precisa ser descartado, contribuindo para o meio ambiente.

13.3 Eficiência na alocação de recursos humanos

- A redução da frequência de pedidos e manuseio de garrafões libera os servidores de atividades de logística interna, permitindo maior foco em atividades-fim.

13.4 Padronização no uso de purificadores com refis

- A substituição progressiva dos garrafões por purificadores de água com refis, otimiza recursos financeiros, materiais e humanos, tornando o processo mais eficiente, sustentável e econômico. A adoção do modelo de uso em Curitiba (parcialmente) e em Maringá pode ser referência para outras subsedes, como Londrina e Cascavel, contribuindo para a padronização do consumo.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DE CONTRATAÇÃO

14.1 Tendo em vista se tratar de um estudo preliminar atípico, onde não se trata de um único objeto definido e sim de várias possibilidades de aquisições, esta equipe de planejamento após apresentar diversas opções para o fornecimento de água neste estudo, opina pela aquisição do purificador de água com filtro(refil).

É VIÁVEL a contratação do referido equipamento, tendo em vista que:

- Atende aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente, Portaria 102, 23/03/22 INMETRO



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 - HUGO LANGE - FONE (41)3264-8097 - CEP 80.040-170 - CURITIBA/PARANÁ

- Representa uma solução econômica e sustentável, considerando a substituição semestral apenas do refil;
- Proporciona melhoria na qualidade da água ofertada ao público em geral;
- Padronização do fornecimento de água para consumo humano entre a Sede e Subsedes do CREFITO-8;
- Redução de impurezas: O purificador com refil remove cloro, sedimentos, metais pesados e micro-organismos, trazendo qualidade no fornecimento da água;
- Água potável constante: Garante uma fonte segura e confiável de água para funcionários, profissionais, Diretoria e visitantes;
- Evita manutenções frequentes: Equipamentos com refis de qualidade exigem menos manutenção ao longo do tempo.
- Redução do uso de plástico: Menor dependência de garrafas ou galões plásticos;
- Instalação fixa: Fornecimento contínuo de água direto da rede;
- Manutenção simples: A troca do refil é fácil e pode ser feita semestralmente sem profissionais especializados;

Declaramos ainda, que este estudo foi realizado com base nas informações disponíveis na internet e de conhecimento intrínseco da equipe de planejamento.

Curitiba, 11 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANA FRACHETA
Data: 11/05/2026 11:22:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Fracheta
Assistente Administrativa
CREFITO-8

Ronaldo José Ferrarini
Coordenador Departamento de Suporte Operacional
CREFITO-8

Documento assinado digitalmente
gov.br RONALDO JOSE FERRARINI
Data: 11/05/2026 11:18:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/ 2026, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, com sede na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, CEP 80.040-170, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ 68.576.800/0001-99, neste ato, representada por seu Presidente, Dr. Bruno Gil Aldenucci, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, inscrito no CNPJ _____, sediado na _____, neste ato representada por _____, conforme documentos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo de Licitação Administrativo SEI nº _____ e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de purificadores de água com filtro e refis, incluindo a entrega no local determinado, com o objetivo de proporcionar água potável e de qualidade para os empregados e profissionais da Sede e Subsedes do CREFITO-8.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência.

1.3.2. O Edital da Licitação.

1.3.3. A proposta do contratado.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente Termo será de 12 (doze) meses, contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, não havendo necessidade de prorrogação do termo contratual

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____(_____).



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em _____.

7.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, contado do início da vigência do contrato, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IPCA – Índice Nacional e Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do CREFITO-8 para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6, da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações e sanções administrativas e demais condições a elas referentes encontram-se definidos no Edital, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

6.2.2.1.1.01.04.03.001.013 – Material de Copa e Cozinha.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba – PR, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conselho Regional de Fisioterapia e
Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8
Bruno Gil Aldenucci
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª

2ª



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

TERMO DE PROPOSTA

Ao Departamento de Licitações e Contratos

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão citado.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- Nome Fantasia:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, *fax*, *e-mail*:
- Banco, Agência e nº da conta-corrente:

Dados do Representante Legal, para assinar contrato:

- Nome:
- RG e CPF:
- Anexar cópia dos documentos acima e procuração.

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

3. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- Examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- Que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;
- Que sua proposta engloba todas as despesas referentes à prestação dos serviços e produtos, bem como todos os tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, equipamentos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação;
- Inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

4. Planilha de preços

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura
(representante legal)



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041)3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE**

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de comprovação no Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada ME/EPP, nos termos e para todos os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa condição.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura
(representante legal)